

“Não existe ansiedade especial em relação aos acontecimentos políticos”

por Vera Saavedra Durão
do Rio

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, afirmou na sexta-feira, em conversa com jornalistas, não ser ainda para as próximas horas o fechamento do acordo com os credores privados da dívida externa brasileira. Mas garantiu não haver nenhuma influência da crise política sobre a negociação, “que continua bem e deverá ser concluída em poucos dias ou, no máximo, nas próximas semanas”. O ministro destacou que, com o acerto da dívida, o Brasil passará a integrar a lista dos devedores que concluiram sua negociação “com arranjos dentro do plano Brady”, o que lhe possibilitará um abatimento entre 30% a 35% da dívida toda com os banqueiros, de US\$ 42 bilhões.

Dos instrumentos ou cardápio de opções em entendimentos com os bancos credores, Marcílio destacou dois, classificados por ele de “tipicamente bradyanos”: bônus ao par com juros fixos entre 4% e 6% até o sétimo ano e, a partir



Marcílio Marques
Moreira

daí, 6% até o trigésimo ano ou último do pagamento da dívida, sem desconto do principal; e permeando todos os instrumentos do principal da dívida.

DINHEIRO NOVO

Estes dois instrumentos e mais outros dois, que incluem a negociação de dinheiro novo, ou seja, quatro, já foram acatados pelos credores, como adiantou Marcílio. Dois estão ainda em fase de acerto: a “novação” da dívida, ou sua reestruturação, e o bô-

nus de redução dos juros, que o ministro não informou se era o bônus com ou sem capitalização. Em ambos os casos, está prevista a redução no período inicial (cinco primeiros anos e, depois, juros de mercado).

O Brasil deverá obter nesta negociação uma parcela de dinheiro novo entre US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão, como esclareceu o ministro. Uma parte deste total, calculado por ele em US\$ 400 milhões, será reservada para a compra dos títulos do Tesouro Americano (zero coupon bond). O Brasil vai comprar US\$ 3,2 bilhões destes títulos, que servirão de garantia para o acerto total com os banqueiros e serão resgatáveis no final do pagamento, ou seja, daqui a trinta anos.

CRISE POLÍTICA

No final deste período, eles valerão US\$ 30 bilhões, ou seja, garantirão todo o principal para os credores, já que dos US\$ 42 bilhões atuais serão abatidos 30 ou 35%. Eles só correrão o risco inerente ao pagamento dos juros. O ministro explicou que os US\$ 3,2 bilhões serão obtidos com US\$ 400 milhões do dinheiro novo

dos credores, US\$ 1,6 bilhão das instituições multilaterais — US\$ 400 milhões para cada uma, ou seja, Banco Mundial (Bird) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI); e os US\$ 600 milhões sairão das reservas cambiais brasileiras.

Marcílio Marques Moreira voltou a reiterar sua convicção de que a crise política vivida hoje pelo país não está atrapalhando a negociação da dívida com os banqueiros externos, concluindo que seu não fechamento nas próximas horas, como vinha sendo esperado pelo mercado, faz parte de seu processo de “maturação normal”. “Os nossos interlocutores não têm feito perguntas sobre a crise e não houve, da parte deles, ansiedade especial em relação aos acontecimentos políticos”, disse o ministro da Economia. Para demonstrar sua tranquilidade em relação aos destinos do acerto com os banqueiros e aos rumos da economia brasileira, o ministro exibiu, na sexta-feira, no Rio, uma agenda folgada e, terminada a conversa com os jornalistas, tomou o rumo de seu dentista, como foi apurado.